

PF tenta encontrar rastros de fraudes em computadores

■ PF e procuradores traçam nova estratégia de investigação de irregularidades

ABNOR GONDIM
Enviado especial

PALMAS – O presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), ajudou a sepultar a CPI da Corrupção, na semana passada, mas está longe de se ver livre das investigações sobre as fraudes na Sudam e o desvio de R\$ 10 milhões no Banco do Estado do Pará.

A Polícia Federal começa a copiar hoje a memória dos computadores apreendidos em escritórios dos fraudadores do desvio de R\$ 1,8 bilhão já identificado na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), extinta há duas semanas. Um dos computadores mais visados é o de José Arthur Guedes Tourinho, superintendente da Sudam, de 1996 a 1999, indicado por Jader.

Na próxima quarta-feira, uma bateria de procedimentos será acertada em Palmas (TO) durante reunião de procuradores da República e delegados da Polícia Federal para cercar os fraudadores da extinta Sudam e tentar chegar aos políticos que estiverem envolvidos. Mas, se voltar a ser mencionado nas investigações, Jader promete disparar ações judiciais contra os acusadores, como já fez há duas semanas.

A favor do presidente nacional do PMDB pesam dois fatos: 1) após dois anos de investigações sobre a máfia da Sudam, não existe ainda nenhuma prova que o comprometa com os fraudadores, apesar de cinco deles serem dirigentes do PMDB em Altamira (PA), principal município da região da Transamazônica;



O senador Jader Barbalho (PMDB), presidente do Congresso

ca; 2) já deixaram de ser puníveis os eventuais crimes financeiros praticados no caso do desvio de recursos do Banpará.

A ordem na PF é trabalhar em silêncio para evitar o que ocorreu com a coletora de impostos do Tocantins Eliane Pereira. Ela foi interpelada judicialmente e negou o que dissera em entrevista gravada: "Ele falou que dava 10% do valor dos projetos da Sudam para o Jader Barbalho", declarou, referindo-se a um suposto comentário feito em 1999, pelo comerciante

Romildo Onofre Soares, procurador de três projetos fraudulentos e aliado do PMDB em Altamira.

Com a negativa, a PF admitiu que voltou à estaca zero em relação a Jader e centralizou seu esforço na apuração dos indícios de que o dinheiro das fraudes tenha irrigado campanhas de candidatos do PMDB na Transamazônica. É o caso do próprio Romildo, de seus sete "laranjas", de fornecedores de notas frias e dos fiscais da Sudam que aprovaram liberações

de R\$ 2,2 milhões. Eles integravam a mesma rede de fraude usada por cinco membros do diretório do PMDB de Altamira (PA). Em um trecho grampeado pela PF, Romildo disse que parte do dinheiro seria destinado a campanha eleitoral.

Porém o que mais pode preocupar Jader é a reabertura do caso Banpará. Nele poderia haver provas que faltam em relação às fraudes Sudam. É o que aponta relatório sigiloso do Banco Central sobre o desvio de R\$ 10 milhões do Banpará. O dinheiro, sacado de uma conta do governo do Estado quando Jader era governador pela primeira vez, teria ido parar em uma conta particular dele no Rio, em outra da ex-mulher, a deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), e na do pai, Laércio Barbalho.

O Ministério Público Estadual analisa a reabertura do caso e seu eventual encaminhamento ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. Mesmo com a prescrição dos eventuais crimes, Jader e seus parentes poderão ser acionados para devolver o dinheiro.

No caso Sudam, expira na próxima quarta-feira o prazo para que a mulher de Jader, Márcia Cristina Zahluth Centeno, esclareça o suposto desvio de R\$ 9,6 milhões em um projeto de criação de rãs na periferia de Belém. Ela poderá responder a inquérito policial e ter seu sigilo bancário quebrado. Sua procuradora no projeto foi a ex-diretora da Sudam Maria Auxiliadora Barra Martins, acusada de ser uma das principais fraudadoras da autarquia.